



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



A POBREZA MENSTRUAL: IMPACTOS NA REALIDADE FEMININA

Mariana Gomes Pinto Cabral¹

Rogério Goulart Paes²

Jeovana Romero de Serqueira³

Resumo: A pobreza menstrual refere-se à falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento sobre a menstruação como um fenômeno fisiológico, o próprio corpo e os cuidados necessários, evidenciando uma problemática da realidade feminina brasileira. Diante disso, este artigo objetiva analisar tal obstáculo atual, seus impactos no cotidiano das mulheres, os fatores associados e as possíveis soluções, considerando a dignidade menstrual como um direito básico do indivíduo que menstrua de maneira geral. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica integrativa de 7 trabalhos acadêmicos, sendo 2 artigos, 1 dissertação e 4 trabalhos de conclusão de curso (TCC), em bases de dados como da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), publicados nos últimos 3 anos, além de um relatório feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) junto ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) sobre a pobreza menstrual no Brasil. Os descritores utilizados consistem em “pobreza menstrual”, “consequências da pobreza menstrual” e “dignidade menstrual”. Os critérios de inclusão foram estudos publicados em repositórios institucionais, divulgações recentes, com enfoque no assunto proposto e adequação aos objetivos deste artigo. Como resultados, evidencia-se a pobreza menstrual como um empecilho à equidade de gênero e racial, sendo vivenciada por mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, afetando tanto questões relacionadas a saúde, por exemplo a coordenação motora, quanto provocando evasão escolar e a não participação de atividades cotidianas, como brincar ou trabalhar, possibilitando maior segregação e impactos negativos na trajetória educacional e profissional da pessoa.

¹ Discente do curso de Medicina. UNIFIMES. E-mail: marianagpcabral@gmail.com

² Discente do curso de Medicina. UNIFIMES.

³ Docente do curso de Medicina. UNIFIMES.



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



Palavras-chave: Pobreza menstrual. Impactos. Dignidade menstrual. Saúde. Não participação de atividades cotidianas.

INTRODUÇÃO

A pobreza menstrual trata-se de um problema complexo, transdisciplinar e multidimensional da realidade de meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam, principalmente que estão em vulnerabilidade socioeconômica. O conceito refere-se à ausência de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual, como absorventes descartáveis ou de tecido reutilizáveis, coletores menstruais, calcinhas menstruais, papel higiênico e sabonete, de infraestrutura apropriada para banheiros, de saneamento básico, de coleta de lixo, de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais e à carência de serviços médicos. Além disso, também engloba a insuficiência de informações corretas sobre saúde menstrual, a falta de autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais, os tabus e preconceitos sobre a menstruação, a tributação sobre os produtos menstruais e os efeitos negativos sobre a vida econômica e o desenvolvimento pleno das habilidades individuais (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021).

Pode-se entender o patriarcado como um dos alicerces da pobreza menstrual que se perpetua ao longo dos anos, uma vez que os mitos e tabus a respeito da menstruação iniciaram-se com a busca de argumentos científicos e religiosos que possibilitassem a inferiorização da mulher (BRITO, 2021). Nessa perspectiva, é possível analisar o surgimento da visão depreciativa da menstruação, como algo sujo e prejudicial tanto ao corpo feminino quanto ao masculino, que foi fortalecida a ponto de tornar-se um assunto vergonhoso e pouco abordado entre as famílias ou sociedades (BRITO, 2021). Assim, a omissão a respeito de um processo fisiológico do organismo feminino no cotidiano demonstra-se até mesmo no uso de eufemismos para se referir ao ciclo menstrual como “estar naqueles dias”, “estar de chico”, “regras”, que junto às imposições culturais, por exemplo “se comporte como um mocinha”,



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



alimenta preconceitos danosos às mulheres, resultando na falta de autoconhecimento sobre o próprio organismo, em prejuízos para a saúde ou desenvolvimento e na segregação por evitar participar de atividades cotidianas (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021).

A respeito da menstruação evidencia-se que é um fenômeno fisiológico e recorrente do organismo feminino, portanto a garantia da dignidade menstrual, do acesso às condições de cuidado durante o ciclo, trata-se de um direito básico para possibilitar uma qualidade de vida e o cumprimento da rotina da mulher, como as atividades profissionais, além de se relacionar aos direitos sexuais e reprodutivos, assegurando o direito à autonomia corporal e à autodeterminação para as meninas, meninos trans e pessoas não binárias que menstruam (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021). Entretanto, nota-se que a realidade brasileira apresenta marcas de desigualdades tanto racial quanto de gênero até mesmo na aceitação no mercado de trabalho e no salário, resultando em fatores como a dificuldade de compra de itens para manter a higiene menstrual, problemática que afeta em maior nível, conseqüentemente, mulheres pretas e pardas, perpetuando tais disparidades sociais (SOUSA; SILVA, 2022).

Nessa perspectiva, o presente artigo buscou analisar o tema sobre a pobreza menstrual, objetivando compreender o conceito, os impactos desta problemática na vida da mulher, tanto no âmbito educacional, profissional e financeiro quanto da saúde, evidenciando a temática como um empecilho à garantia da dignidade menstrual e à equidade de gênero e racial.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa das bases de dados da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), publicados nos últimos 3 anos. Destaca-se que foram analisados ao todo 24



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



trabalhos científicos acadêmicos, sendo destes selecionados 2 artigos, 1 dissertação de Mestrado e 4 trabalhos de conclusão de curso (TCC), além de um relatório feito pelo UNICEF junto ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) sobre a pobreza menstrual no Brasil. Os descritores utilizados consistem em “pobreza menstrual”, “consequências da pobreza menstrual”, “fatores associados à pobreza menstrual” e “dignidade menstrual”. Adotou-se como critérios de inclusão: estudos publicados em repositórios institucionais, divulgações recentes, com enfoque no assunto proposto e adequação aos objetivos deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, percebe-se a menstruação como um processo fisiológico e natural do organismo, sendo iniciado pela menarca durante a puberdade, caracterizando uma etapa de mudanças corporais e emocionais na mulher. Nesse sentido, tornou-se evidente que o início da maturação sexual marca uma desaceleração do desenvolvimento físico, porém em relação ao desenvolvimento cerebral é notável uma acentuação que estimula habilidades, principalmente pela participação em atividades sociais. Entretanto, a pobreza menstrual demonstra que, tanto pela falta de acesso a itens básicos para higiene neste período do ciclo feminino quanto pelo sentimento de vergonha relacionado principalmente aos tabus de nojo ao sangramento, muitas meninas restringem a participação de compromissos cotidianos, escolares, esportivos, de lazer e de socialização, afetando o aperfeiçoamento da criatividade, da coordenação motora, da percepção espacial (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021; SCHUH, 2022).

Evidencia-se a pobreza menstrual como um termo que abrange também a falta de acesso à informações necessárias sobre o próprio organismo, o funcionamento do ciclo menstrual, os direitos de cada indivíduo, inclusive de ter condições que garantem o acesso à educação, ao lazer, à saúde, à inclusão social e a itens de higiene. Nessa perspectiva, é notável que a desinformação ou uma informação limitada sobre esta temática nas escolas ou no convívio em comunidade estabelecem o despreparo e desamparo da mulher, principalmente em situações de vulnerabilidades. Assim, as meninas após a menarca, mesmo com os



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



conteúdos sobre as alterações durante a puberdade presentes na grade curricular do ensino fundamental, não são preparadas para a menstruação, os cuidados necessários e enfrentar comentários preconceituosos que geram a sensação de vergonha e, conseqüentemente o isolamento, sobre um fenômeno natural do corpo feminino (BRITO, 2021).

Conforme preleciona Schuh (2022), ao longo dos anos ocorreu o aumento do número de meninas e mulheres com acesso às instituições de ensino, entretanto existem problemáticas enraizadas como a ausência de instalações sanitárias adequadas e de água limpa nas escolas, demonstrando escassez ou inexistência de condições e insumos adequados para gerenciar o fluxo menstrual. Nesse sentido, ressalta-se que em 2018 cerca de 132 milhões de meninas dos 6 aos 17 anos de idade não estavam matriculadas em nenhum estabelecimento vinculado à educação, sendo que a idade média para a menarca das jovens brasileiras 13 anos, considerando a parcela que frequenta as escolas é perceptível que entre 3 a 7 anos escolares estas adolescentes precisam enfrentar a falta de infraestrutura para a higiene menstrual, evitando estar presente em no mínimo 36 dias por ano. Dessa forma, percebe-se a dificuldade de garantir de fato a qualidade de ensino igualmente entre os indivíduos, resultando possivelmente em déficit educacional.

Por esta perspectiva, torna-se notável a pobreza menstrual como um obstáculo para o comparecimento regular de meninas nas instituições de ensino, promovendo a desigualdade de gênero na sociedade que repercute sobre a economia, uma vez que as exigências de qualificação profissional, mesmo que estimulem maior procura de mulheres para aumento do nível educacional e aumentar o salário, devido às dificuldades com a pobreza menstrual a maioria das mulheres continuam em setores periféricos da economia e em posições mal remuneradas, recebendo salários menores em comparação com homens na mesma posição (BRITO, 2021; SCHUH, 2022).

Ademais, é perceptível que tal desigualdade aumenta quando referente à mulheres pretas e pardas, uma vez que estas precisam enfrentar a falta dignidade menstrual e o racismo, sendo que analisando pelo viés da falta de infraestrutura, acesso aos produtos básicos e saneamento básico junto à desigualdade de cargos e remunerações disponibilizados as mulheres, tanto pela questão racial quanto de gênero, constata-se como um fator de



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



manutenção da dominação do patriarcado que de forma cíclica resulta na perpetuação da problemática (SOUSA; SILVA, 2022).

Ressalta-se a tributação dos absorventes como uma das causas para o cenário da pobreza menstrual, já que contribui para a falta de acessibilidade de meninas e mulheres a estes produtos. Em diversos países vários produtos e serviços têm o preço mais alto quando destinados às mulheres, o que é denominado por “pink tax” ou “imposto rosa”, sendo que em uma pesquisa do Departamento de Defesa do Consumidor da cidade de Nova York comparou-se os valores de mais de 800 produtos e constatou-se que os produtos femininos de higiene pessoal custam 13% a mais do que os produtos comparáveis para masculinos. Sob este viés, evidencia-se o agravamento desta realidade quando relacionado a absorventes, itens vistos como supérfluos e produtos de luxo com carga tributária alta, principalmente no Brasil, podendo ser analisado como um controle simbólico do patriarcado sobre o corpo feminino (MOTTA; BRITO, 2022).

A pobreza menstrual, sendo demonstrada pela ausência do acesso aos itens de higiene adequados, além de inviabilizar o desenvolvimento pleno da capacidade motora, da criatividade, da percepção espacial, corrobora para prejuízos na saúde da mulher, seja física ou psicológica. Desse modo, evidencia-se que a negligência das necessidades menstruais resulta em problemas que poderiam ser evitáveis, uma vez que as mulheres utilizam como alternativas ao absorvente, por exemplo meias velhas, folhas de jornais, sacolas plásticas, miolo de pão, pedaços de pano, papel higiênico, produtos inadequados que com o uso prolongado podem causar alergias na pele e na mucosa íntima, infecções genitais, como candidíase, infecção urinária, podendo até mesmo levar à morte com a “Síndrome do Choque Tóxico” (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021; XAVIER, 2022).

Pode-se observar que a pandemia do Covid-19 modificou o cotidiano de toda a população, aumentando as vulnerabilidades sociais, inclusive em relação à pobreza menstrual. Nesta perspectiva, é notório que a sociedade brasileira sofreu impactos que intensificaram até mesmo a insegurança alimentar para muitas famílias, sendo que devido ao aumento da fragilidade social contribui para com o cenário da necessidade de priorizar a compra de



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



alimentos ao invés de itens para higiene menstrual. Considerando o absorvente externo descartável como produto com preço mais acessível, o gasto médio seria R\$ 7,00, a cada ciclo, usando três unidades de absorventes por dia, durante de cinco dias. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicou que entre as famílias que realizam a compra de absorventes, 20% gastam menos com uma média mensal de R\$ 3,75, e a média geral de R\$ 12,97 por família (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021; MOREIRA, 2021).

Sabe-se que a evasão escolar é uma realidade ocasionada, também, pela falta da dignidade menstrual na instituição escolar, desde a ausência de acesso a banheiros adequados, a papel higiênico, à água, a saneamento básico, colaborando para que 22.301 meninas evitassem frequentar atividades escolares por problemas menstruais. Diante disso, no Gráfico 1 pode-se inferir que mais de 4 milhões da sociedade feminina, cerca de 38,1% das estudantes, vivencia a carência de condições mínimas nestes estabelecimentos, sendo realizada uma análise por regiões, na qual o Norte do Brasil o mais afetado por tal circunstância.

Gráfico 1 – Apresenta todas as condições mínimas para o cuidado menstrual na escola?



Fonte: FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2021).

Convém ainda ressaltar que a não concretização da dignidade menstrual como um direito básico da pessoa que menstrua expressa-se em múltiplas formas de expressão da violência, sendo relacionada ao imaginário social, aos pensamentos, às ideologias que



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



constituem e regem o comportamento dos indivíduos da comunidade. Sob esta ótica, analisando os veículos de comunicação, inclusive redes televisivas e sociais, como fatores que influenciam em crenças e comportamentos, além de possibilitar o conhecimento sobre casos e fomentar discussões a cerca da temática. Assim, exemplifica-se mediante a reportagem do Fantástico, programa da Rede Globo, do dia 2 de maio de 2021 sobre a pobreza menstrual, em que evidenciou problemáticas como o tabu em falar sobre o tema, o despreparo de meninas para a menarca, mediante a exemplos de experiências pessoais, a falta de acesso a informação sobre a fisiologia do organismo e do ciclo menstrual, a impossibilidade de manter atividades cotidianas quando ocorre ausência dos itens de higiene. Além da desigualdade no cenário político tanto por desmoralização quanto pré-noções errôneas e dos prejuízos para pessoas em vulnerabilidades nas ruas, casas, escolas ou presídios (GOTARDO, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos mediante este estudo, conclui-se que a pobreza menstrual é uma realidade presente no cotidiano de meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que menstruam, sendo que o presente artigo optou por discutir os impactos na vivência feminina. Evidencia-se que a ausência da garantia de dignidade menstrual trata-se de violência, uma vez que fere direitos básicos da pessoa que menstrua, seja pela desinformação, despreparo, falta de infraestrutura nos estabelecimentos de ensino e de moradia, falta de acesso aos produtos que constituem a higiene necessária para o ciclo, como papel higiênico, absorventes, sabonetes, como também tributação em relação a tais itens.

A persistência da pobreza menstrual aumenta a evasão escolar, dado a falta de infraestrutura da instituição, resulta na desistência de participar de atividades cotidianas, prejuízos na saúde, tanto por impedir o pleno aperfeiçoamento da mulher em habilidades de memória, criatividade e coordenação motora quanto pelo uso de objetos inadequados para amparar o fluxo do sangramento, possibilitando alergias ou mortes pela Síndrome do Choque Tóxico. Além de afetar questões educacionais, profissionais e econômicas, visto que interfere no desenvolvimento escolar, acadêmico e de conhecimentos, consequentemente diminui



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



contratação no mercado de trabalho que está cada vez mais exigente em qualificação do indivíduo, junto à desigualdade de gênero que também resulta neste fato, e dificulta o rendimento financeiro pela diminuição de salários recebidos, perpetuando a problemática em um evento cíclico.

Constata-se que muitos avanços foram alcançados pela conscientização individual em criar projetos e ações, até mesmo no meio universitário, para ajudar pessoas que sofrem com tal problemática, pela tentativa de estabelecer políticas públicas, gratuidade de absorventes e reconhecimento da menstruação como um fenômeno natural. Entretanto, evidencia-se a necessidade de aumentar a participação social, como também dos setores governamentais melhorar e investir nas infraestruturas dos estabelecimentos de ensino, possibilitar acesso a saneamento básico, educação, itens de higiene menstrual, incentivar a igualdade de contratação em serviços, proporcionando os cuidados indispensáveis para a mulher nas esferas sociais, econômicas e de saúde. Logo, confirmou-se a relevância da temática na sociedade, sendo fundamental a permanência de melhorias neste cenário a fim de alcançar a dignidade menstrual.

REFERÊNCIAS

BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. **POBREZA MENSTRUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E MENINAS**. 2021. 103 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Goiás, Cidade de Goiás, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/19809/3/TCCG%20-%20Direito%20-%20Mariana%20Alves%20Peixoto%20da%20Rocha%20Brito%20-%202021.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL: desigualdades e violações de direitos**. [S. L.]: [S. N.], 2021. 51 p. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 19 mar. 2023.

GOTARDO, Suelen. Pobreza menstrual: uma análise sobre a discussão a partir da reportagem exibida no programa fantástico. **Organicom**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 171-184, 23 nov. 2022.





VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.195328>. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/195328/188239>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MOREIRA, Luisa Prado Affonso. **Pobreza Menstrual no Brasil: diagnóstico e alternativas**. 2021. 31 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão de Políticas Públicas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31809/Artigo%20Luisa%20-%20Pobreza%20Menstrual.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MOTTA, Maria Carolina Carvalho; BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. **POBREZA MENSTRUAL E A TRIBUTAÇÃO DOS ABSORVENTES. Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói, v. 24, n. 1, p. 33-54, 1 abr. 2022. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/conflu.v24i1.53627>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/53627/31776>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SCHUH, Carolina Lehmen. **A POBREZA MENSTRUAL: um problema social que efetivação dos direitos fundamentais de estudantes que já atingiram a menarca**. 2022. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3408/1/Carolina%20Lehmen%20Schuh.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SOUSA, Elaine Pereira de; SILVA, Leticia de Oliveira. **SANGRAR É POLÍTICO: diálogos acerca da pobreza menstrual na vida de meninas pretas e pardas**. 2022. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216609/Sousa_EP_Silva_LO_tcc_fran.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 19 mar. 2023.

XAVIER, Gabriela Lima dos Anjos. **Da pobreza à dignidade menstrual: uma análise da legislação e das políticas públicas no Brasil**. 2022. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/10350/1/Da%20pobreza%20%20c3%a0%20dignidade%20menstrual%20-%20uma%20an%20c3%a1lise%20da%20legisla%20c3%a7%20e%20das%20pol%20dticas%20p%20bablicas%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo